

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.052 - SP (2019/0277360-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : BANCO FIBRA SA  
**ADVOGADOS** : JOYCE ELLEN DE CARVALHO TEIXEIRA SANCHES - SP220568  
MARCUS VINICIUS GUIMARÃES SANCHES - SP195084  
**AGRAVADO** : ADAILTON LOPES ALVES  
**ADVOGADO** : ADIELE FERREIRA LOPES - SP243823

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. 1. BAIXA DO PROTESTO. RESPONSABILIDADE DO CREDOR EM FORNECER A CARTA DE ANUÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. 2. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO NÃO EXORBITANTE. REVISÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. SÚMULA 7/STJ. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO INVIÁVEL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO FIBRA S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Compulsando os autos, verifica-se que a ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral, ajuizada por ADAILTON LOPES ALVES em desfavor da ora agravante, foi julgada procedente para condenar a requerida ao pagamento de danos morais ao autor, no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Inconformada, a insurgente interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 161):

REPARAÇÃO DE DANOS Protesto mantido após quitação do título - Ausência de prova de que o banco credor tenha fornecido a carta de anuência ou outro documento necessário à baixa do protesto Após quase um ano do ajuizamento da ação, o banco providenciou o cancelamento do protesto, por mera liberalidade - Danos morais caracterizados Ratificação do julgado Sentença mantida Honorários

# Superior Tribunal de Justiça

recursais devidos Recurso NÃO PROVIDO.

Nas razões do apelo especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente aduziu, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 884, 885, 886 e 945 do Código Civil; e 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentou, em síntese, que não praticou qualquer ato ilícito a justificar a pretensão autoral. Defendeu a culpa exclusiva de terceiro. Considerou exorbitante o *quantum* indenizatório estabelecido.

Contrarrazões não apresentadas.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, ensejando a interposição do presente agravo.

Sem contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Na linha dos precedentes desta Corte, a verificação de protesto indevido é condição bastante para ensejar danos morais.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 2015. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COMBINADO COM PEDIDO INDENIZATÓRIO. ALEGADA AFRONTA AO ART. 1022 DO NCPC. NÃO DEMONSTRADA. ACÓRDÃO RECORRIDO. PELO PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL, FRANQUEIA-SE AO JUIZ A LIVRE ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS PARA FORMAR SUA CONVICÇÃO E DECIDIR OS CONFLITOS DE INTERESSES TRAZIDOS A JULGAMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATAS POR CONTA. AUSÊNCIA DE HIGIDEZ DOS TÍTULOS, CONSISTENTE NA FALTA DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. DANOS MORAIS RECONHECIDOS. ENTENDIMENTO DIVERSO. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1379479/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. PROTESTO DE DUPLICATA. ENDOSSO-MANDATO. LEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTES. DANO *IN RE IPSA*. PRECEDENTES. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, o banco, em endosso-mandato, responde pelo protesto indevido em razão de falha na prestação do serviço verificada pelo Tribunal de origem. Precedentes.

2. O dano moral nas hipóteses de protesto indevido configura-se *in re ipsa*. Precedentes.

(AgRg no REsp 1229324/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 28/09/2015)

Também é assente neste Tribunal Superior o entendimento de que, se legitimamente levado a protesto o título, cabe ao devedor proceder à sua baixa tão somente após a respectiva quitação do débito nele consubstanciado.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROTESTO DE TÍTULO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. BAIXA DO PROTESTO. INCUMBÊNCIA QUE, EM REGRA, CABE DO DEVEDOR. MATÉRIA JULGADA SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. HIPÓTESE EM QUE O CREDOR NÃO DEVOLVE O TÍTULO DE CRÉDITO OU NÃO ENTREGA A CARTA DE ANUÊNCIA. RESPONSABILIDADE DO CREDOR PELA MANUTENÇÃO INDEVIDA DO PROTESTO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Em regra, "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto" (REsp 1339436/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2014, DJe 24/09/2014)

3. Na hipótese, o credor deverá ser responsabilizado pela manutenção indevida do nome do devedor no protesto de título, uma vez que não devolveu o título ou a carta de anuência, documentos necessários ao cancelamento da negativação.

4. A análise da pretensão recursal sobre a alegada disponibilização da carta de anuência e eventual desídia do devedor encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1289729/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO REGULAR. PAGAMENTO POSTERIOR DO TÍTULO. OBRIGAÇÃO DE CANCELAMENTO DO PROTESTO DO DEVEDOR. ART. 26 DA LEI Nº 9.492/97.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que cabe ao devedor promover o cancelamento do protesto regularmente lavrado quando de posse do título protestado ou da carta de anuência do credor nos termos do que artigo 26 da Lei n.º 9.492/97.

2. Não apresentação pelas partes agravantes de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1414249/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015)

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem consignou que foi devidamente demonstrado que não foi entregue a carta de anuência ao autor, com o fim de viabilizar a baixa do protesto, apesar da quitação geral do contrato. É o que se extrai dos seguintes excertos do aresto guerreado (e-STJ, fls. 166-167 - sem grifos no original):

É cediço que o cancelamento do protesto incumbe ao devedor, conforme entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, em acórdão julgado sob o rito dos recursos repetitivos [...]

**Todavia, para o cancelamento do protesto, é necessária a carta de anuência emitida pelo credor e, no presente caso, foi demonstrado que o autor apelado solicitou por diversas vezes o referido documento, sem ser atendido pelo réu apelante, como se denota a fls. 31/38.**

**Além disso, o banco réu foi expressamente instado a comprovar ter enviado ao autor carta de anuência ou documento necessário à baixa do protesto (fls. 107), mas não se desincumbiu de tal ônus, limitando-se a apresentar a prova de que providenciou o cancelamento de protesto (fls. 111).**

Como constou da bem lançada sentença, o banco réu providenciou o cancelamento do protesto por vontade própria, pois o Juízo negou a tutela de urgência almejada liminarmente.

**Assim, ausente a prova de que o banco réu tenha fornecido a carta de anuência ou documento equivalente, aliado ao fato que providenciou o cancelamento do protesto por mera liberalidade embora quase um ano após a distribuição da ação impõe-se a manutenção da sentença, tal como lançada.**

**O valor arbitrado na sentença, a título de danos morais, da**

**ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mostra-se razoável e merece ser mantido, notadamente diante da ausência de recurso da parte contrária, visando à majoração.**

Desse modo, estando a conclusão do Colegiado local em consonância com a jurisprudência desta Corte, incide à hipótese a Súmula 83/STJ.

Ademais, aferir se o protesto foi ou não devido, bem como se foi entregue carta de anuência ao demandado, só se mostra possível através do revolvimento do conjunto de fatos e provas dos autos, o que encontra vedação no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE PROTESTO. INCUMBÊNCIA DO DEVEDOR. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. A reforma do acórdão recorrido, quanto à ausência de comprovação da negativa injustificada do credor em fornecer a carta de anuência para a retirada do protesto, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 deste Pretório. 4. Em relação à admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, sob pena de não serem atendidos os requisitos previstos no art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015) e no art. 255, § 1º, do RISTJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 297.665/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 08/05/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARÁTER INFRINGENTE. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ACLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO LEGÍTIMO.

SUPERVENIÊNCIA DE PAGAMENTO. ENTREGA DA CARTA DE ANUÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INÉRCIA DO CREDOR. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A BOA-FÉ OBJETIVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS

RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL E, A ESTE, NEGADO PROVIMENTO.

1. Quando o credor recebe o pagamento, mas não remete ao devedor os documentos necessários para o cancelamento do protesto, ocorre afronta ao princípio da boa-fé objetiva, configurando ato ilícito, e gerando obrigação de reparar os danos causados à contraparte.

2. A desconstituição da premissa probatória, lançada pela Corte local, no sentido de que o credor não demonstrou que remeteu a carta de anuência ao devedor é vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental e, a este, negado provimento.

(EDcl no AREsp 273.013/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 05/09/2014)

Acerca do montante indenizatório arbitrado na instância ordinária, a título de danos morais, ressalte-se que só pode ser examinado nesta Corte nos casos em que o valor for irrisório ou exorbitante.

Na espécie, o TJSP manteve o valor da reparação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, de acordo com as peculiaridades do caso concreto – consistente na inscrição indevida do nome do recorrido em cadastro de inadimplente –, seguindo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, razão pela qual merece ser mantido.

A revisão do *quantum* indenizatório não prescinde do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida defesa em recurso especial, por incidir a Súmula 7/STJ.

Ademais, "tratando-se de valor da indenização por danos morais, inviável a análise do recurso com base em dissídio pretoriano, pois, ainda que aparentemente possa haver similitude nas características objetivas das lides cotejadas, na dimensão subjetiva, os acórdãos serão sempre distintos, em face das peculiaridades de cada ato ilícito" (AgRg no REsp n. 918.829/ES, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 16/12/2010).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários

# *Superior Tribunal de Justiça*

advocatícios em favor do advogado da parte ora recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator